



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680038 - MG (2021/0218616-8)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : JOSE JAIRTON BENTO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : PAULO CÉSAR BARBOSA PIMENTEL - CE009165  
JOSE JAIRTON BENTO - CE032223  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : THIAGO ANDERSON NUNES ABREU (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de THIAGO ANDERSON NUNES ABREU em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.115023-0/000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, c/c o art. 40, ambos da Lei n. 11.343/2006, e teve sua prisão convertida em preventiva pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Medina/MG. Contra essa decisão, a defesa do paciente impetrou *habeas corpus* no TJSP, cuja ordem foi denegada pela 7ª Câmara Criminal daquele tribunal.

A impetrante alega que “a restrição à liberdade é medida excepcional, só havendo legitimidade para a sua manutenção se houver indícios de que, nos termos dos artigos 311 e seguintes, do Código de Processo Penal, justifica-se a decretação da custódia preventiva do agente” (fl. 10).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que o paciente seja posto em liberdade ou, então, seja convertida sua prisão preventiva em medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração – conversão da prisão preventiva em medidas cautelares diversas da prisão ou concessão de liberdade provisória –, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais

aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 23):

(...) não verifico a possibilidade de aplicação de medidas alternativas à prisão carcerária, inclusive as indicadas nos atos recomendatórios publicados em razão da pandemia do novo coronavírus, os quais, aliás, venho dando concretude em inúmeros julgados de minha relatoria desde que editados, valendo registrar que o paciente - já inserido no sistema prisional acautelatório e em relação ao qual não houve demonstração de que eventualmente integra o grupo de risco - teria cometido delito equiparado a hediondo, o que por si, obsta a aplicação das mencionadas medidas alternativas ao cárcere, conforme expressamente disposto no artigo 1º, da Recomendação 78 do CNJ. Além disso, o crime de tráfico de drogas, por cuja suposta autoria o paciente foi preso reclama, no preceito secundário da respectiva norma penal incriminadora, pena máxima superior a quatro anos, o que, per se, preenche o requisito descrito no inciso I do artigo 313 do CPP, constituindo-se em mais dos pressupostos a justificar, em sua modalidade preventiva, a segregação cautelar do agente.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente